

Reitor atribui problemas a excesso de leis

Segundo Paulo Alcântara Gomes, legislação contraditória leva a várias interpretações

RIO — O reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, apontou a “excessiva” quantidade de leis que regulamentam o funcionalismo, “que se sobrepõem e contradizem, gerando várias interpretações”, como a principal justificativa para as irregularidades encontradas pelos auditores do Ministério da Fazenda na universidade. Ele garantiu que os problemas estão sendo sanados, “mas com a preocupação de não prejudicar os servidores”.

No cargo há dois anos, Paulo Alcântara disse que a maioria dos problemas encontrados pela auditoria teve origem em dezembro de 1990, quando os servidores da UFRJ, contratados em regime de CLT, foram efetivados pelo Regime Jurídico Único (RJU). Para não reduzir salários, a universidade passou a pagar as diferenças como vantagens pessoais, que agora estão sendo postas em dúvida pelos auditores. “Também é ilegal abaixar os salários das pessoas”, argumentou o reitor.

A criação de pelo menos 66 novas funções sem amparo legal, segundo Paulo Alcântara, ocorreu por uma exigência do próprio Ministério da Educação, que teria determinado às universidades a abertura de cursos noturnos. “Quando se cria um curso noturno é preciso ter um coordenador, que é função gratificada.” Quanto aos bolsistas no Exterior que recebem adicionais de periculosidade, ele garantiu que o problema está sendo resolvido. “Todas as vantagens consideradas irregulares a universidade se encarrega de cortar”, garantiu.

Interpretação — O reitor assegurou que apenas dois servidores, por decisão judicial, estão ganhando salários acima do teto do funcionalismo. Segundo ele, a UFRJ não tem ampliado para os demais servidores os ganhos obtidos pelos que recorrem à Justiça, como apontou a auditoria. “Isso só ocorre quando o juiz manda pagar”, disse Alcântara. Sobre as irregularidades constatadas no pagamento de proventos a aposentados, correções sem amparo legal, o reitor explicou que o assunto ainda está em discussão. “É uma questão de interpretação”, disse.

Paulo Alcântara argumenta que muitas das irregularidades encontradas na área de pessoal poderiam ser evitadas se a UFRJ tivesse mais autonomia para gerir os seus recursos. Segundo ele, cada universidade deve ter um plano de carreira próprio, voltado para as suas necessidades. “Cada universidade tem uma vocação e não se pode dizer que a vocação da UFRJ é a mesma da Universidade de Viçosa”, argumentou.